

RESENHAS

TEOLOGIA

FRESNEDA, Francisco Martínez, **La gracia y la ciencia de Jesucristo. Historia de la cuestión en Alejandro de Hales, Odón Rigaldo, Summa Halensis y Buenaventura**, Editorial Espigas, Murcia 1997, 342 pp., 240 × 165, ISBN 84-86042-34-8.

Dando continuidade ao estudo que culmina na defesa de uma tese de doutoramento, em 1978, intitulada: «La plenitud de la gracia en Jesucristo: su análisis en Alejandro de Hales, Odón Rigaldo, Summa Halensis y Buenaventura», o autor articula ao estudo já feito sobre a graça de Jesus Cristo, o estudo de um outro traço da sua personalidade: a ciência.

Nesta obra somos conduzidos ao encontro dos principais autores da primeira Escola Franciscana de Paris: Alexandre de Hales, Odo Rigaldus, Summa Halensis (Summa fratris Alexandri) e Boaventura. Ao longo de 8 capítulos, seguindo um método «histórico-analítico», o autor recolhe e sistematiza o pensamento cristológico dos Mestres franciscanos atinente à questão da «graça e da ciência de Jesus Cristo», num diálogo constante com o conjunto dos seus escritos, entre eles e com o contexto do pensamento da época. Sabendo recolher-se para deixar todo o lugar ao pensamento dos Mestres, o autor introduz-nos à primeira aproximação franciscana da expressão joanina: «cheio de graça e de verdade» (Jo 1, 14).

A cada autor é consagrado um capítulo da obra, no qual o seu pensamento é mono-

graficamente sistematizado, havendo, no entanto, o cuidado de evidenciar as influências mútuas e de indicar as pontes que conduzem à visão de conjunto que necessariamente se impõe. Também os dois traços da personalidade de Jesus Cristo (graça e ciência), em si mesmos indissociáveis, são, por exigências metodológicas, estudados separadamente. Assim, os primeiros quatro capítulos (pp. 21-175) tratam a questão da plenitude da graça em Jesus Cristo, segundo os pontos de vista de cada um dos autores, enquanto que a questão da ciência de Jesus Cristo (pp. 177-299) é abordada nos quatro capítulos seguintes. O esquema expositivo assenta numa mesma grelha de leitura aplicada a cada um dos Mestres, deixando transparecer a intencionalidade sinóptica subjacente.

Não fora a conjugação de elegância, fidelidade e clareza na exposição, a rigidez do esquema e a linguagem cirúrgica, que opera dissecando os conceitos e desdobrando-os em múltiplas facetas, desmotivaria o leitor comum. Surpreendentemente, logo a partir das primeiras páginas, o leitor é seduzido e enreda-se nos meandros de um processo maiêutico, do qual emergem paulatinamente traços harmoniosos e sedutores da natureza humana de Jesus Cristo, «cheia de graça e de verdade». Graça entendida como «capacidade de ser» de Jesus Cristo, que exprime a relação deste com o Pai e que se manifesta como *graça incriada* (doação plena do Pai a Jesus Cristo, na Encarnação) e *graça criada* (comum a todas as criaturas, graça habitual). Plenitude de graça, reconhecem os Mestres franciscanos, que se concretiza em três aspectos substanciais: *graça de união* (o Verbo fez-se

carne... – Jo 1, 14), *graça de pessoa singular* (cheio de graça e de verdade... – Jo 1, 14) e *graça de cabeça* (da sua plenitude todos recebemos... – Jo 1, 16). Também a plenitude da ciência de Jesus Cristo (consciência filial e messiânica) é defendida pelos Pensadores. Como para a graça, na ciência de Jesus Cristo distingue-se a *ciência incriada* e a *ciência criada*, desdobrando esta ainda em *ciências beatífica* (visão perfeita e imediata de Deus), *infusa* (objectivação da intuição divina que Jesus experimenta) e *experimental* (presente em todas as criaturas).

O cuidado e a fineza com que o autor apresenta e descreve as diferentes ramificações da graça e da ciência da natureza humana de Jesus Cristo pensadas pelos Mestres de Paris, evidencia a riqueza semântica de conceitos e esquemas da Escolástica à primeira vista rígidos e áridos. Ele consegue, com mestria, ao longo de toda a obra, tornar perceptível o dinamismo do pensamento cristológico dos autores em estudo, traduzido num váivém harmonioso entre o Pai e as criaturas, sendo Cristo o *pivot* por quem Deus estabelece «uma corrente de graça com toda a criação». Quase temos vontade de não perdoar a inesperada solução de continuidade (pp. 177-181) que, com cinco páginas de referência à teologia actual, pretende contribuir para a «introdução panorâmica» da questão da ciência de Jesus Cristo segundo a Escola Franciscana de Paris. Para além do anacronismo, o tratamento desigual dado à introdução da questão da graça, para a qual o autor não faz qualquer referência à teologia actual, levanta alguma dúvida quanto à oportunidade deste heterólogo enxerto.

Não obstante, rigor, método, objectividade e dinamismo são os termos que nos ocorrem naturalmente da leitura desta obra. Importante tanto para os historiadores como para os teólogos, ela representa uma contribuição significativa para a história do pensamento Franciscano e para a Cristologia.

ISABEL VARANDA

FILOSOFIA

RHONHEIMER, Martin, **Ley Natural y Razón Práctica. Una visión tomista de la autonomía moral**, Eunsa, Pamplona, 2000, 584 p., 240 × 150, ISBN 84-313-1805-8.

Sem intenção «restauracionista», o autor faz uma «nova leitura» ou exegese dos textos de S. Tomás de modo a articular a doutrina tomista da lei natural com as tendências actuais da «moral autónoma» e «ética teleológica»

A primeira edição alemã, em 1987, até pelo seu título provocatório «A Natureza como fundamento da Moral», gerou polémica nos teólogos morais, e, como refere o autor no «Postscriptum 1995», «veio cair entre as duas posições de um neotomismo tradicional e de uma interpretação autonomista de S. Tomás» (p.524)

O tema central do livro é a lei moral natural, uma investigação que o autor designa como «propedêutica ético-filosófica com um propósito teológico-moral» (p. 25).

Na primeira parte, «A lei da razão prática, fundamentos metodológicos e conceptuais», desenvolve, em longo capítulo, a temática já clássica mas enquadrada no pensamento contemporâneo: «a lei natural e a razão prática como objecto da ética filosófica». No capítulo seguinte, fazendo a referida exegese ou nova leitura de textos, mostra-nos qual o correcto «conceito de lei natural em S. Tomás de Aquino» em ordem à elaboração de uma «teoria da razão prática».

Pela insistência na expressão «razão prática» vemos que o autor pretende evitar a antítese dualista entre «natureza» e «razão», assim como o conceito «naturalista» de lei natural, presente em certas tendências do neotomismo tradicional.

A crise do paradigma da lei natural veio da dificuldade em interpretar esta relação dialéctica entre razão prática e natureza humana. Onde está a medida ou norma do agir? Que se entende por «leis da natureza